Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em ribeirinhos do norte do Brasil

Prevalence of sexually transmitted infections in riverside populations of northern Brazil

Prevalencia de infecciones de transmisión sexual en ribereños del norte de Brasil

Allan Vítor da Silva Gonçalves[1], Wanderlize de Nazaré Ribeiro Costa[1], Adrielle Cristine Barbosa Pegado[2], Natanael de Jesus Martins Silva[1], Ananda Ewelin da Silva Rodrigues[2], Stéffany Trindade Calado[1], Jefferson Assunção Azevedo[1], Rayssa Braun Imbiriba[1], Carla de Castro Sant'Anna[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar a prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em população ribeirinha da Ilha do Combu, Belém-PA, relacionando os tipos de infecções e os fatores sociodemográficos. **Métodos:** Trata-se de estudo transversal com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado por meio de entrevistas, testes rápidos imunocromatográficos (HIV, sífilis, hepatite B e C) e questionários, ocorrendo no período de setembro de 2024 à junho de 2025. **Resultados:** A amostra foi composta por 45 participantes. Observou-se prevalência de 2,22% de sífilis, ausência de casos de HIV e hepatites. A maioria dos participantes referiu conhecimento sobre ISTs, porém 40% não utilizavam preservativos regularmente. Foi identificado também características socioeconômicas, como indicadores de vulnerabilidade social, sendo baixa renda, pouco acesso à saúde e experiências de violência sexual, além de cor da pele, estado civil, quantidade de integrantes familiares. **Conclusão:** Conclui-se que o conhecimento não é suficiente para a prevenção efetiva dessa população, reforçando a necessidade de ampliar ações educativas, por se tratar de uma ilha muito próxima à capital e, tendo um crescimento turístico acelerado que pode impactar futuramente para o aparecimento de ISTs, tendo acesso a insumos de prevenção e serviços de testagem entre populações ribeirinhas.

Palavras-chave: Atenção à saúde, Infecções sexualmente transmissíveis, Populações ribeirinhas.

ABSTRACT

Objective: Analyze the prevalence of sexually transmitted infections (STIs) in a riverside population on Combu Island, Belém-PA, focusing on infection types and sociodemographic factors. **Methods:** It is a cross-sectional study with quantitative and qualitative approaches, conducted through interviews and rapid immunochromatographic tests (HIV, syphilis, hepatitis B and C) is questionnaire, occurring in the period from september 2024 to june 2025. **Results:** The sample consisted of 45 participants. Syphilis prevalence was 2,22%, with no HIV or hepatitis cases. Socioeconomic characteristics were also identified, such as indicators of social vulnerability, such as low income, little access to health care and experiences of sexual violence, in addition to skin color, marital status, and number of family members. **Conclusion:** It is concluded that knowledge is not sufficient for effective prevention of this population, reinforcing the need to expand educational actions, as it is an island very close to the capital and, having accelerated tourist growth that

[1] Universidade da Amazônia (UNAMA), Belém - PA
[2] Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém - PA.

SUBMETIDO EM: 6/2025 | **ACEITO EM: 7/2025** | **PUBLICADO EM: 9/2025**

may impact the future emergence of STIs, having access to prevention supplies and testing services among riverside populations.

Keywords: Health care, Sexually transmitted infections, Riverside populations.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la prevalencia de infecciones de transmisión sexual (ITS) en una población ribereña de la Isla de Combu, Belém-PA, considerando los tipos de infecciones y factores sociodemográficos. **Métodos:** Se trata de un estudio transversal con enfoque cuantitativo y cualitativo, realizado mediante entrevistas y pruebas rápidas inmunocromatográficas (VIH, sífilis, hepatitis B y C) y cuestionario, que ocurren en el período septiembre de 2024 a junio de 2025. **Resultados:** La muestra estuvo compuesta por 45 participantes. Se observó una prevalencia del 2,22% para sífilis, sin casos de VIH ni hepatitis. La mayoría reportó conocimiento sobre ITS, aunque el 40% no utilizaba preservativos con regularidad. También se identificaron características socioeconómicas, como indicadores de vulnerabilidad social, como bajos ingresos, poco acceso a servicios de salud y experiencias de violencia sexual, además del color de piel, estado civil, número de miembros de la familia. **Conclusión:** Se concluye que el conocimiento no es suficiente para la prevención efectiva de esta población, reforzando la necesidad de ampliar las acciones educativas, por ser una isla muy cercana a la capital y, tener un crecimiento turístico acelerado que puede impactar en el surgimiento futuro de ITS, tener acceso a insumos de prevención y servicios de prueba entre las poblaciones ribereñas.

Palabras clave: Atención a la salud, Infecciones de transmisión sexual, Poblaciones ribereñas.

INTRODUÇÃO

As IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis – persistem como problema de Saúde Pública mundial. Em 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou uma incidência de 376,4 milhões de casos de IST curáveis em pessoas de 15 a 49 anos de idade, entre os quais destacaram-se 127,2 milhões de casos de clamídia, 86,9 milhões de casos de gonorreia e 6,3 milhões de casos de sífilis. Na Região das Américas, estimaram-se 29,8 milhões de casos de clamídia, 13,8 milhões de casos de gonorreia e 2 milhões de casos de sífilis (DOMINGUES CSB, et al., 2021). Tais estimativas indicam alta frequência das IST e justificam a estratégia global da OMS e a definição de ações prioritárias para alcançar metas de eliminação das IST até 2030. Essa estratégia concentra esforços na resistência antimicrobiana do gonococo e no risco de coinfecção por clamídia, na eliminação da sífilis congênita, o que requer ampliação de testagem e tratamento de gestantes e populações específicas, e na infecção pelo papilomavírus humano (human papillomavirus, HPV), com ênfase em imunização para eliminação do câncer do colo de útero e verrugas anogenitais (PINHO ECC, et al., 2022).

As IST são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, transmitidos principalmente por contato sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o uso de preservativo masculino ou feminino, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão pode ainda acontecer de mãe para filho durante a gestação, o parto ou a amamentação (transmissão vertical), e pela utilização de seringas, agulhas ou outro material perfurocortante partilhado (SOUZA MB, et al., 2021). Outrossim, podem se manifestar por meio de feridas, corrimentos e verrugas anogenitais, entre outros possíveis sintomas, como dor pélvica, ardência ao urinar, lesões de pele e aumento de ínguas. São alguns exemplos principais de IST virais e bacterianas: infecção pelo HIV, hepatites virais B e C e sífilis (LIMA ACR, et al., 2022).

O tratamento inadequado das IST ou o não tratamento pode resultar em complicações como a Doença Inflamatória Pélvica (DIP), gravidez ectópica, infertilidade masculina e feminina, cânceres, abortos, prematuridade, natimortos, mortalidade neonatal e infecções congênitas, além de aumentar o risco de transmissão do HIV. No Brasil, a verdadeira situação epidemiológica dessas doenças e de suas complicações não são bem conhecidas, devido ao fato da maioria das IST não ser de notificação compulsória, além da escassez de estudos sentinelas e de base populacional (HOLLANDA GSE, et al., 2021).

Número de parceiros, sexo desprotegido, uso de álcool e drogas ilícitas e tabagismo têm sido evidenciados na literatura como comportamentos de risco para a ocorrência de IST. Apesar de o uso de álcool/drogas e o tabagismo não serem considerados causas diretas, acredita-se que esses fatores possam representar um padrão de comportamento do adolescente, tendo em vista a associação existente entre eles e as IST. Ainda, do ponto de vista social, fatores como baixo nível socioeconômico, sexo e violência intrafamiliar podem contribuir para a ocorrência de IST (OLIVEIRA IS, et al., 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde (2023), até o ano de 2020, mais de 70% dos municípios do interior brasileiro não tinham acesso à educação em saúde sexual básica. Além disso, pouco mais de 32% dos municípios do país possuem algum programa, projeto ou ação de atividades realizadas com a temática abordada, de alguma maneira pode contribuir com a incidência desses tipos de doenças consideradas negligenciadas pelo poder público. Por outro lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) possui uma rede ampla de cuidados e acompanhamentos, em especial à detecção precoce e contínua de afecções sexualmente transmissíveis. Os testes rápidos imunocromatográficos (TRI) são aqueles cuja execução, leitura e interpretação dos resultados são feitas em, no máximo, 30 minutos, variando de acordo com as enfermidades. São de fácil execução e não necessitam de estrutura, primariamente, sendo recomendados para testagens presenciais. Podem ser feitos com amostra de sangue total obtida por punção venosa ou da polpa digital, ou com amostras de fluido oral. Dependendo do fabricante, podem também ser realizados com soro e/ou plasma. Dos TRI's utilizados por profissionais de saúde da atenção primária, com a ampliação do acesso ao diagnóstico, estão HIV, sífilis e das hepatites virais B e C (BRASIL, 2024).

Portanto, o intuito do trabalho deu-se em analisar a diversidade das infecções sexualmente transmissíveis encontradas, visando a influência dos empecilhos socioeconômicos e de vulnerabilidade no surgimento dessas afecções.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo com uma abordagem transversal analítico-descritivo de caráter quantitativa e qualitativa, sendo realizado um levantamento e aplicação de questionário, à nível de informação individual, da população ribeirinha atendida em uma unidade básica de saúde da Ilha do Combu, localizada no Estado do Pará, no Norte do Brasil, a qual realizou a coleta de material biológico (sangue) em suas dependências, sendo estas reservadas e com todo o aparato para com o paciente.

A amostra da pesquisa foi construída por coleta de material biológico (sangue), onde foram selecionados moradores e pacientes atendidos na unidade básica da Ilha do Combu. Os dados obtidos foram armazenados em planilhas do programa Microsoft Excel 2016, sendo considerados percentuais do total de pacientes infectados (por vírus e bactérias), por meio de testes rápidos imunocromatográficos, sendo do fabricante Assuro Tech® e com validade em setembro de 2027, para a detecção de agentes infecto-patogênicos sensíveis para os tipos de HIV, sífilis, hepatite B e C, pela idade, sexo e por faixa etária. Foi realizada a análise estatística de variância (ANOVA) através do software Past 3.2 com intervalo de confiança de 95%, considerando o p-valor < 0,05.

Como critérios adotados para seleção dos pacientes foram considerados: ter realizado a coleta sanguínea no período de fevereiro a maio de 2025, ter residência fixa na Ilha do Combu com idade compreendida entre 18 à 75 anos, sendo de ambos os sexos. Todos os indivíduos que estavam dentro dos critérios de inclusão fizeram parte da pesquisa e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos da pesquisa indivíduos com doenças neurológicas, doença autoimune, realizando tratamento com antineoplásico e/ou em PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) ou PEP (Profilaxia Pós-Exposição).

Este trabalho seguiu as normas de pesquisa envolvendo seres humanos (RES. CNS 466/2012) do Conselho Nacional de Saúde, conforme os preceitos da Declaração de Helsinque e do Código de Nuremberg e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade da Amazônia (UNAMA), com o CAAE: 84606024.9.0000.5173 e número do Parecer: 7.331.126.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 45 participantes, dos quais 33 se identificaram como do sexo feminino (73,3%) e 12 como do sexo masculino (26,7%). A faixa etária variou entre 18 e 68 anos. As faixas etárias predominantes foram: 18 a 25 anos (31,1%), 26 a 35 anos (28,9%), 36 a 45 anos (20%) e acima de 46 anos (20%) como visto no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Valores absolutos do quantitativo de análises de indivíduos por sexo, quantidade, faixa etária e suas respectivas porcentagens.

Sexo	Quantidade/porcentagem	Faixa etária	Porcentagem
Masculino	12 (26,7%)	18 – 25	31,1%
Feminino	33 (73,3%)	26 – 35	28,9%
-	-	26 – 45	20%
-	-	46 +	20%

Fonte: Gonçalves AVS, et al., 2025

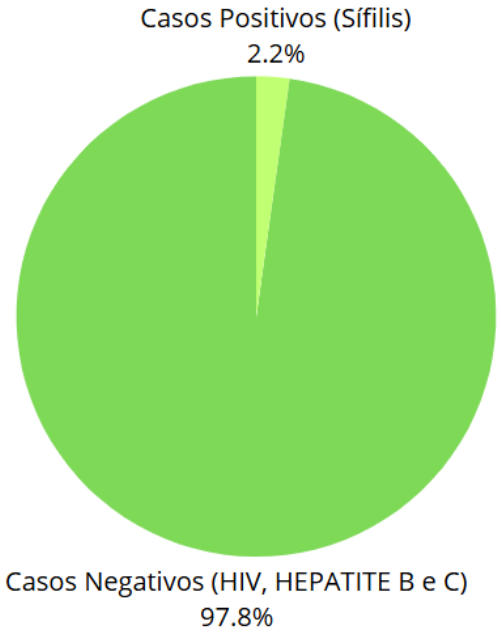
Quanto à cor/raça, 24 participantes se autodeclararam pardos(as) (53,3%), 13 pretos(as) (28,9%), 5 brancos(as) (11,1%) e 3 não informaram (6,7%) mostrados na **Tabela 1**. Em relação ao estado civil, 28 (62,2%) se declararam solteiros(as), 16 (35,5%) casados(as) e 1 (2,22%) em outra situação (viúvo ou divorciado). Entre os 45 testados, 1 indivíduo (2,22%) apresentou resultado positivo para sífilis. Não foram identificados casos positivos para HIV, Hepatite B ou C entre os registros disponíveis, evidenciados no Gráfico 1.

Tabela 1 - Valores absolutos do quantitativo de indivíduos por autodeclaração racial.

Cor/raça	Amostra	Porcentagem
Pardos	24	53,3%
Pretos	13	28,9%
Brancos	5	11,1%
Não sabiam ou não souberam responder	3	6,7%

Fonte: Gonçalves AVS, et al., 2025

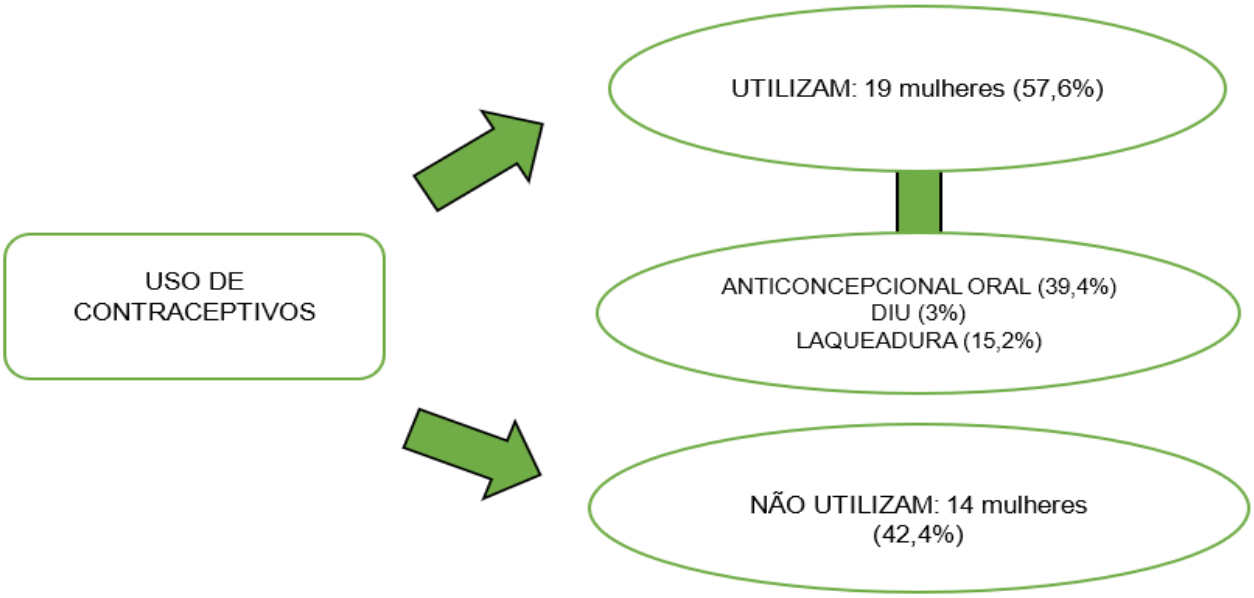
Gráfico 1 - Valores absolutos do quantitativo de testes realizados em seus resultados, sendo positivo e negativo.



Fonte: Gonçalves AVS, et al., 2025

Das 33 mulheres participantes, 18 (54,5%) relataram ter menstruação regular, 12 (36,4%) informaram não menstruar regularmente e 3 (9,1%) não aplicável (por histerectomia ou menopausa). Em relação ao uso de métodos contraceptivos, mostrados no Gráfico 2, 19 mulheres (57,6%) relataram utilizá-los, sendo os métodos mais mencionados: anticoncepcional oral (39,4%), DIU (3%) e laqueadura (15,2%). Outras 14 mulheres (42,4%) informaram não utilizar nenhum método. Em relação às infecções vaginais anteriores, 14 mulheres (42,4%) relataram já ter tido alguma, sendo a candidíase a mais comum (70% dos relatos positivos). As demais (57,6%) negaram histórico de infecção vaginal.

Figura 1 - Valores absolutos do quantitativo da utilização de métodos contraceptivos.



Fonte: Gonçalves AVS, et al., 2025.

Quanto ao conhecimento sobre ISTs, 82% dos entrevistados afirmaram saber o que são essas infecções. Apenas 9% relataram já ter sido diagnosticados com alguma IST anteriormente. Sobre o teste rápido, 82% sabiam o que era e 76% já haviam realizado pelo menos uma vez, com a maioria informando entre 1 a 4 testagens. Destes, apenas 2,22% indicaram resultado positivo anterior. Em relação ao número de parceiros sexuais no último ano, a maioria relatou ter tido apenas 1 parceiro. Casos isolados relataram até 16 parceiros. Sobre o uso de preservativo, 60% afirmaram usar, enquanto 40% não utilizavam regularmente. O conhecimento sobre o preservativo feminino foi relatado por 82% dos participantes.

Cerca de 11,1% dos entrevistados relataram já ter feito sexo sem vontade própria. A maioria (88,9%) afirmou saber identificar e/ou pedir ajuda em caso de violência sexual. Apenas 2,2% relataram já ter trocado sexo por comida ou utensílios em contexto de vulnerabilidade econômica. O número médio de moradores por residência foi de 4,1 pessoas, com variação entre 1 e 7. Quanto à presença de filhos, 80% afirmaram tê-los, com uma média de 2,4 filhos por entrevistado. As principais ocupações mencionadas foram pescadores, agricultores, cuidadores e trabalhadores informais. A renda mensal individual variou de R$ 200,00 a R$ 3.000,00, com predominância de valores entre R$ 500,00 e R$ 1.500,00.

DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam importantes aspectos da saúde sexual e reprodutiva de populações ribeirinhas, contribuindo para a compreensão das vulnerabilidades associadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) nesse contexto. Tais achados revelam que fatores sociais, culturais, geográficos e econômicos influenciam diretamente o acesso à informação, aos serviços de saúde e às estratégias de prevenção, tornando essas comunidades mais suscetíveis à agravosevitáveis. As limitações de infraestrutura, a escassez de profissionais capacitados na atenção básica e as dificuldades de

deslocamento até os centros urbanos dificultam o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das ISTs. Além disso, a descontinuidade de ações educativas e a presença de tabus relacionados à sexualidade comprometem o diálogo aberto e o reconhecimento de situações de risco.

A predominância do sexo feminino na amostra (73,3%) pode estar relacionada à maior adesão de mulheres às ações de prevenção em saúde, como apontado por Moura EC et al. (2022), que destacam a maior procura das mulheres por serviços de saúde sexual e reprodutiva. A concentração de faixas etárias entre 18 e 35 anos (60%) corrobora estudos como o de Santos FM e Oliveira DR (2021), que identificaram maior risco comportamental para ISTs em jovens adultos. Considerando a vulnerabilidade dos jovens às IST, muitos pesquisadores têm se debruçado para verificar o conhecimento desse grupo a respeito do tema. Pesquisa que avaliou o conhecimento sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e o comportamento sexual constatou que 78% das meninas e 89,3% dos meninos tinham conhecimento adequado sobre as doenças e que os meninos conheciam mais as IST que as meninas. Estudos evidenciaram também que os adolescentes possuíam conhecimento abaixo da média em relação às IST. Adolescentes do sexo feminino, casadas ou que viviam juntos, que tinham filhos e cursavam a área da saúde possuíam mais conhecimento (TEIXEIRA IMP, et al., 2022).

Em relação à cor/raça, a maioria dos entrevistados se declarou parda (53,3%), refletindo o perfil étnico das regiões amazônicas, conforme descrito por Silva JP et al. (2020). Essa predominância pode estar relacionada à miscigenação histórica característica da região. A predominância de pessoas solteiras (62,2%) também é observada em outras populações ribeirinhas e está associada a maior exposição a comportamentos de risco, como múltiplos parceiros sexuais e menor uso de preservativos, conforme apontado por Barbosa et al. (2020). Esses fatores reforçam a necessidade de estratégias de prevenção mais direcionadas, culturalmente sensíveis e que considerem as dinâmicas sociais locais.

A positividade para sífilis (2,22%) é um dado preocupante, ainda que abaixo de outras regiões com maior densidade populacional. Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2023), a taxa de detecção de sífilis no Brasil está em ascensão, sendo mais evidente em populações vulneráveis. As desigualdades regionais, muitas pessoas com IST não buscam tratamento porque são assintomáticas (maioria) ou têm sinais e sintomas leves e não percebem as alterações. As pessoas sintomáticas podem preferir tratar-se por conta própria ou procurar tratamento em farmácias ou junto a curandeiros tradicionais. Mesmo aqueles que buscam atendimento na unidade de saúde podem não ter uma infecção sexualmente transmissível diagnosticada ou tratada corretamente (LIMA AG, et al., 2022).

No tocante à saúde reprodutiva, 57,6% das mulheres relataram uso de métodos contraceptivos, valor inferior ao encontrado em estudos com mulheres urbanas, como o de Pereira AC e Fonseca RM (2021), que relatam taxas superiores a 70%. Além disso, a presença de infecções vaginais anteriores (42,4%), com destaque para a candidíase, aponta para condições higiênico-sanitárias precárias e baixa adesão a medidas preventivas. O conhecimento sobre ISTs foi alto (82%), o que é um indicador positivo, embora apenas 76% tenham realizado teste rápido, indicando lacunas entre conhecimento e prática. Isso está alinhado com os achados que enfatizam que a informação, sozinha, não garante comportamentos seguros (DE PAULA, IMT, et al. 2025).

O uso de preservativo foi referido por 60% dos entrevistados, enquanto o conhecimento sobre o preservativo feminino alcançou 82%. Entretanto, estudos como o de Nascimento CM et al. (2020) revelam que o conhecimento não necessariamente se traduz em uso efetivo, especialmente em contextos de relações fixas ou em populações com baixa escolaridade. Além disso, a estratégia da distribuição universal e gratuita de preservativos tem sido a forma de profilaxia mais divulgada pelas políticas de saúde, por seu elevado grau de proteção frente ao risco do aparecimento das IST, e consequentemente quebrando a cadeia de transmissão. Seu uso em uma relação sexual é um comportamento complexo que ocorre em diferentes contextos, sejam eles pessoais, interpessoais e situacionais, que são repletos de valores, crenças e expectativas (LACERDA TC, et al., 2023). Porém, mesmo com a estratégia de prevenção relacionada ao uso do preservativo, é alto o índice do não uso do mesmo, que pode estar atrelado a diversos fatores como a falta de comunicação com o parceiro sobre questões relacionadas ao sexo, o esquecimento da sua

utilização, a carência de conhecimento sobre o risco de práticas sexuais não protegidas, a rejeição do parceiro em utilizar o método e a confiança da não contaminação em uniões estáveis (PARMEJIANI EP, et al, 2022).

Situações de vulnerabilidade, como relações sexuais não consentidas (11,1%) e troca sexuais por comida ou utensílios (2,2%), embora numericamente discretas, são indicativas de risco social e violações de direitos humanos. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2022), essas situações são agravadas em áreas remotas com acesso limitado à proteção social. Do ponto de vista socioeconômico, a média de moradores por residência (4,1) e a presença de filhos (80%) indicam núcleos familiares amplos, frequentemente relacionados à vulnerabilidade econômica (FARIAS SK, et al. 2024). A renda predominante entre R$ 500,00 e R$ 1.500,00 confirma o perfil de população em situação de pobreza ou extrema pobreza, como documentado por Souza RA et al. (2022).

Além disso, faz-se necessário o firme compromisso da comunidade em implementar e desenvolver os programas de combate às afecções transmitidas por via sexual, juntamente com os profissionais de atendimento desses usuários, agregando a vigilância dos indivíduos vulneráveis e que estão em risco de contaminação e com o início mais rápido de terapia medicamentosa aos pacientes confirmados com IST's (BRASIL 2024).

O presente estudo permitiu a investigação direta no ambiente natural onde as IST's estão presentes, oferecendo uma visão mais precisa das condições de saúde da comunidade estudada, além de dados locais fidedignos, sendo específicos e detalhados sobre a prevalência dessas afecções na comunidade ribeirinha, que podem ser mais relevantes para políticas de saúde pública e intervenções locais, por meio da interação direta com participantes, facilitando a comunicação com os moradores locais, promovendo maior engajamento e entendimento das questões de saúde enfrentadas pela comunidade.

Tendo, com isso, uma amostragem mais real e completa, permitindo a testagem da hipótese do estudo em um ambiente controlado, ajustando-se às condições locais e melhorando a validade dos resultados das amostras de material biológico (sangue), ajudando na identificação de fatores de risco, sendo estes específicos ou não, associados à prevalência de IST's, informando estratégias de prevenção e controle mais eficazes e promovendo capacitação e conscientização sobre saúde e métodos de prevenção, tanto para a população ribeirinha, quanto para o profissional de saúde que está em atendimento contínuo naquela localidade.

O estudo teve agentes limitantes no decorrer do processo da pesquisa, o difícil acesso e logística com percalços no trajeto, uma vez que a locomoção é realizada pelos rios, por meio de embarcações, que em sua maioria são irregulares, podendo complicar o transporte de equipamentos e suprimentos necessários para a coleta de dados. Além disso, as condições ambientais, como clima e infraestrutura limitada, não afetaram a qualidade dos dados coletados e a eficiência das operações de campo, onde a coleta de dados em um ambiente externo pode ser suscetível a erros humanos, como erros na identificação dos agentes patogênicos ou na documentação das informações do usuário atendido. Outrem, questões culturais e sociais são fatores fortes na influência da disposição dos residentes locais em sua participação do estudo, bem como a precisão das informações fornecidas.

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu traçar um panorama sobre a saúde sexual e reprodutiva da população ribeirinha da Ilha do Combu, destacando aspectos sociodemográficos, comportamentais e de vulnerabilidade social relacionados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Os dados evidenciam que, embora haja um bom nível de conhecimento sobre ISTs entre os participantes, ainda persistem desafios quanto à efetiva prevenção e ao acesso aos serviços de saúde, especialmente no que diz respeito à testagem regular, ao uso consistente de preservativos e às condições de vulnerabilidade econômica e social vivenciadas por essa população.

A presença de casos de sífilis, o relato de experiências de violência sexual e a frequente ausência de métodos contraceptivos entre as mulheres entrevistadas reforçam a necessidade de ampliar a atuação de políticas públicas intersetoriais, com foco na promoção da equidade em saúde. Portanto, é recomendado o fortalecimento das estratégias de educação em saúde, a ampliação da cobertura de testagens e da distribuição de insumos de prevenção, bem como a promoção de espaços seguros para acolhimento de situações de violência. Tais medidas são essenciais para mitigar as iniquidades e promover a saúde integral das populações ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA RM, et al. Comportamento sexual em populações vulneráveis: contribuições para a prevenção das IST/HIV. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, e200007, 2020.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Informes técnicos: manual de orientações sobre testes rápidos imunocromatográficos. 2024.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico - Sífilis 2023.
4. DE PAULA IMT, et al. Infecções sexualmente transmissíveis na população ribeirinha: prevalência e comportamento de risco. Enfermería Global, v. 21, n. 1, p. 295-327, 2022.
5. DOMINGUES CSB, et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: vigilância epidemiológica. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 30, p. e2020549, 2021.
6. FARIAS SK, et al. Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: ilhas do Combu, Murutucu e Grande. Novos Cadernos NAEA, v. 27, n. 1, 2024.
7. HOLLANDA GSE, et al. Comportamento sexual de mulheres ribeirinhas: uma análise sobre atitudes e práticas sexuais e fatores associados. Repositório UFPB, 2021.
8. LACERDA TC, et al. Sexualidade saudável: prevenção das infecções sexualmente transmissíveis em estratégias de saúde da família. Repositório UFSM, 2023.
9. LIMA ACR, et al. Caracterização e prevalência do vírus t-linfotrópico humano (HTLV) em uma população ribeirinha residente no município de Maracanã, Pará. The Brazilian Journal of Infectious Diseases, v. 26, p. 102267, 2022.
10. LIMA AG, COSTA LF. Conhecimento, atitudes e práticas de jovens sobre ISTs e uso de preservativos. Revista de Saúde Pública, v. 56, e137, 2022.
11. LIMA HBB, et al. Prevalência e conhecimento dos fatores de risco das principais infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. Saúde (Santa Maria), 2022.
12. MOURA EC, et al. Acesso e uso de serviços de saúde por mulheres brasileiras: estudo populacional. Revista de Saúde Pública, v. 56, 2022.
13. NASCIMENTO CM, et al. Preservativo feminino: conhecimento e aceitação entre usuárias do SUS. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 54, e03628, 2020.
14. NUNES JGS, et al. Desafios para promoção da saúde da população ribeirinha. Repositório UniFaeMA, 2021.
15. OLIVEIRA IS, et al. Fatores de vulnerabilidade relacionados ao conhecimento sobre infecções sexualmentet transmissíveis em população periférica da Amazônia brasileira. Repositório UFPA, 2020.
16. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Iniquidades em saúde e populações vulneráveis nas Américas. Washington, D.C.: OPAS, 2022.
17. PARMEJIANI EP, et al. Saberes e modos de agir de homens ribeirinhos sobre o uso de preservativo. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 31, p. e20220155, 2022.
18. PEREIRA AC, FONSECA RM. Uso de anticoncepcionais e acesso aos métodos no Brasil. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 43, n. 5, p. 321-328, 2021.
19. PINHO ECC, et al. Fatores da vulnerabilidade associados à sífilis e HIV em uma comunidade ribeirinha amazônica. Repositório UFPA, 2022.
20. SANTOS FM, OLIVEIRA DR. Jovens e ISTs: comportamentos de risco e prevenção. Revista de Enfermagem Contemporânea, v. 10, n. 2, p. e20211043, 2021.
21. SILVA JP, et al. Perfil étnico e sociodemográfico das populações ribeirinhas da Amazônia brasileira. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 11, e202020, 2020.
22. SOUZA MB, et al. Descrição de sintomas ginecológicos e obstétricos em mulheres ribeirinhas da Amazônia Brasileira. InterAmerican Journal of Medicine and Health, v. 4, 2021.
23. SOUZA RA, et al. Determinantes sociais da saúde e pobreza em populações amazônicas. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 30, n. 3, p. 345-352, 2022.
24. TEIXEIRA IMP, et al. Infecciones de transmisión sexual en la población ribereña: prevalencia y comportamiento de riesgo. Enfermería Global, v. 21, n. 65, p. 295-327, 2022.